

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### REQUERIMENTO Nº , DE 2016

(Do Sr. Bacelar)

Requer a realização de Audiência Pública nessa Comissão Permanente de Educação, para tratar da exclusão das questões de gênero nos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a realização de Audiência Pública nessa Comissão Permanente, com a participação de representantes do Ministério da Educação, da Secretaria de Políticas para Mulheres, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, e representante da ONU Mulheres Brasil, para tratar da exclusão das questões de gênero nos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação.

### JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, ficamos todos estarecidos com a notícia do estupro coletivo, com as jovens do Rio de Janeiro e do Piauí. Mas estes não são casos isolados. Dados mostram que cerca de 50 mil estupros são denunciados por ano no Brasil. Em uma sociedade ainda marcada por uma dominação machista, as mulheres são as principais vítimas, como demonstra uma reportagem sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), publicada dia 29 de maio de 2016 no Estado de S. Paulo. Segundo o jornalista Marco Antonio Carvalho, os atendimentos a mulheres vítimas de violência sexual, física ou psicológica em unidades do SUS somam por ano 147.691 registros – 405 por dia, ou um a cada quatro minutos. A maior procura de atendimento se dá na faixa dos 12 aos 17 anos, idade da vítima no Rio de Janeiro, e o principal agressor é o cônjuge.

Segundo estudiosos, nem mesmo os mecanismos de proteção às vítimas, alteram a cultura conservadora e autoritária ainda instalada no Brasil.

Como podemos mudar esta cultura? A secretária nacional de Direitos Humanos, Flavia Piovesan, enfatiza que a solução passa pelo combate à impunidade dos agressores. Além disso, é preciso fazer a capacitação dos operadores da segurança pública e da Justiça, e também exigirmos medidas educativas, sendo essa a razão motivadora deste requerimento.

Nesse contexto, é de fundamental importância voltarmos ao debate da exclusão das questões de gênero dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação em todo o País. Uma professora americana, especialista em prevenção e combate à violência sexual, disse que “ensinar a respeitar mulheres na adolescência é tarde demais. Você educa quando eles têm quatro, cinco, seis anos”. A educação é o melhor caminho para ensinar que todos somos iguais e precisamos de respeito, independente de gênero, cor, raça, credo ou condição financeira.

O exemplo tem que vir de casa, é claro. Os pais e familiares têm papel fundamental na formação do cidadão, mas também é papel da escola passar os valores e ensinar o respeito mútuo às nossas crianças.

Somos um país com níveis ainda intoleráveis de machismo, homofobia e preconceitos diversos, isso é fato. Mas não dá mais para aceitar a ideia de que a escola deva ser apenas um local de aprendizagem de disciplinas tradicionais do currículo. Ela é, e sempre foi, espaço também de socialização e de aprendizagem para o convívio com a diversidade.

Uma onda fundamentalista contrária à abordagem desses temas na escola teve como alvo principal os conteúdos que tratavam da diversidade sexual, mas não se restringia a isso. Esta reação acabou por excluir do Plano Nacional de Educação, e de diversos planos estaduais e municipais, referências a temas de identidade de gênero e sexualidade nas escolas.

Não podemos esquecer que a questão de gênero vai para além da discussão sobre sexualidade. É preciso desconstruir o discurso retrógrado e alienante sobre a denominada ‘ideologia de gênero’. É preciso dialogar sobre isso em todas as oportunidades e reuniões, nas famílias, na comunidade e na escola. Juntos podemos construir novas políticas públicas para preencher essa lacuna nos Planos

Nacional, Estaduais e Municipais de Educação e contribuir para melhora dos valores da nossa sociedade.

É importante a participação da Secretária Nacional de Direitos Humanos a Senhora Flavia Piovesan, a Secretária de Políticas para Mulheres a Senhora Fátima Pelaes, representante do Ministério da Educação e representante da ONU Mulheres no Brasil, e ver o que eles pensam sobre o tema e sugestões para o aprimoramento de ações. Qual o papel das secretarias de educação e das escolas nesse processo? Como as secretarias de direitos humanos e das mulheres estão se mobilizando contra esse tipo de violência? Como o Ministério se posiciona sobre essa questão? O tema foi excluído do Plano Nacional de Educação, e de diversos planos estaduais e municipais, pelas referências a temas de identidade de gênero e sexualidade nas escolas.

Estas as razões que inspiram o presente requerimento e a audiência pública nele proposta.

Sala da Comissão, em                    de                    de 2016.

Deputado BACELAR